

ENTREVISTA

SEBASTIÃO TOJAL – ADVOGADO



O Brasil desmoralizou os acordos de leniência?

– Sim, caminhamos a passos largos para a total inviabilização dos acordos, na medida em que vários órgãos do Estado, ao disputar a exclusividade da competência de sua celebração, estão a produzir verdadeira sabotagem do próprio instituto. Afinal, por que qualquer empresa se sentirá estimulada a firmar um acordo, assumindo inúmeros compromissos, inclusive pecuniários, sem que se lhe assegure sua efetividade e a continuidade de seus negócios?

A interferência política explica a lentidão dos processos?

– Não é o único fator, mas, inequivocamente, concorre com outros no sentido de fazer com que as negociações se arrastem. O acordo de leniência ainda não foi compreendido como autêntico instrumento de política de Estado que é, estabelecido em lei. Não é um recurso do qual o governo possa dispor ou não ao seu exclusivo critério. Não é razoável que sucessivas trocas de ministros, por exemplo, expliquem e muito menos justifiquem negociações infundáveis.

Deveria haver mudança na legislação?

– Não falta lei, falta o compromisso de cumpri-la. No médio prazo, contudo, as experiências vividas no âmbito da Lava-Jato poderão, sim, orientar o aperfeiçoamento do marco legal, com a expressa definição de que o acordo firmado obriga o Estado por seu todo, independentemente da vontade deste ou daquele órgão.

Com Amanda Almeida
poderemjogo@oglobo.com.br